

PROCESSO STJ n. 24391/2016

CONTRATO STJ n. 17/2017

DADOS SOBRE A EMPRESA CONTRATADA		
CONTRATADA: EDISON LUIZ CASAS PINTO ME		
CNPJ/MF: 01.992.757/0001-71		
ENDEREÇO: Rua Rolândia, Número 105, Barreirinha.		
CIDADE: Curitiba	UF: PR	CEP: 82560-110
TELEFONES: (41) 3354-1282	FAX:	
E-MAIL: comercial@tsmmonitoramento.com.br		
BANCO: Caixa Econômica Federal	AGÊNCIA: 1630-003	C/C: 970-1
REPRESENTANTE: EDISON LUIZ CASAS PINTO		
CPF: 679.397.249-91	RG: 3.745.890-2 SSP/PR	

DADOS SOBRE O CONTRATO
<b>OBJETO:</b> Prestação de serviços de monitoramento e rastreamento de veículos, com posicionamento por satélite (GPS), incluindo a transmissão de dados via telefonia digital GSM/GPRS.
<b>FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:</b> Lei n. 10.520, de 17 de julho de 2002, na Lei Complementar nº 123, de 14 de Dezembro de 2006 e nos Decretos n. 5.450, de 31 de maio de 2005, n. 8.538, de 06 de outubro de 2015, na Resolução do CNJ n. 07, de 18 de outubro de 2005, e subsidiariamente, na Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993
<b>MODALIDADE:</b> Pregão Eletrônico n. 007/2017
<b>VIGÊNCIA:</b> de <u>31 / 03 / 2017</u> a <u>30 / 03 / 2018</u> .
<b>VALOR DO CONTRATO:</b> R\$ 27.597,60 (vinte e sete mil quinhentos e noventa e sete reais e sessenta centavos)
<b>UNIDADE FISCALIZADORA:</b> Seção de Segurança Ostensiva e Monitoramento.
<b>OBSERVAÇÕES:</b>

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA					
Nota de Empenho	Data	Programa de Trabalho	Natureza da Despesa	Tipo	Valor (R\$)
2017NE000568	03/03/2017	02.061.0568.4236.5664	33.90.39	Global	22.844,68

**PROCESSO STJ n. 24391/2016**

**CONTRATO STJ n. 17/2017**

Prestação de serviços de monitoramento e rastreamento de veículos, com posicionamento por satélite (GPS), incluindo a transmissão de dados via telefonia digital GSM/GPRS.

Pelo presente instrumento e na melhor forma de direito, as partes abaixo qualificadas têm entre si justo e avençado o objeto a seguir descrito, com fundamento na Lei n. 10.520, de 17 de julho de 2002, na Lei Complementar nº 123, de 14 de Dezembro de 2006 e nos Decretos n. 5.450, de 31 de maio de 2005, n. 8.538, de 06 de outubro de 2015, na Resolução do CNJ n. 07, de 18 de outubro de 2005, e subsidiariamente, na Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, mediante as seguintes cláusulas e condições:

**CONTRATANTE:**

**SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA - STJ**, Órgão integrante do Poder Judiciário da União, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda sob o n. 00.488.478/0001-02, com sede no SAF Sul, Quadra 06, Lote 01, Brasília-DF, representado por sua Diretora-Geral, **SULAMITA AVELINO CARDOSO MARQUES**, brasileira, inscrita no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda sob o n. 351.920.621-87, portadora da Cédula de Identidade n. 789.673, expedida pela SSP/DF, e por seu Secretário de Administração, **WALTER DISNEY NOLETO COSTA**, brasileiro, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda sob o n. 384.928.061-68, portador da Cédula de Identidade n. 959.165, expedida pela SSP/DF, residentes e domiciliados nesta Capital.

**CONTRATADA:**

**EDISON LUIZ CASAS PINTO ME**, pessoa jurídica de Direito Privado, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda sob o n. 01.992.757/0001-71, com sede na Rua Rolândia, Número 105, Barreirinha, Curitiba/PR, neste ato representada por seu proprietário, **EDISON LUIZ CASAS PINTO**, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda sob o n. 679.397.249-91, portador da Cédula de Identidade n. 3.745.890-2, expedida pela SSP/PR, residente e domiciliado em Curitiba.

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

**1.1** Constitui objeto deste Contrato a prestação, pela CONTRATADA, de serviços de monitoramento e rastreamento de veículos, com posicionamento por satélite (GPS),

incluindo a transmissão de dados via telefonia digital GSM/GPRS, conforme discriminado abaixo.

<b>MÓDULO AVL (Automatic Vehicle Location)</b>
<b>Características técnicas</b>
Receptor GPS de no mínimo doze canais
Frequência de operação compatível com todas as operadoras nacionais
Antena de recepção GPS
Antena de GSM/GPRS
Botão de pânico
Memória interna para armazenamento de posições
Atuadores (mínimo uma saída)
Sensores (mínimo um digital e um analógica)
Sensor de ignição
Canal de áudio para microfone
Mínimo um canal de comunicação externa (periféricos)
Baixo consumo
Alimentação 12 VDC
Homologado pela ANATEL

**1.2** Os equipamentos componentes do sistema de rastreamento veicular serão instalados nos seguintes locais:

<b>LOCAL</b>	<b>QUANTIDADE DE VEÍCULOS</b>
Brasília	48
Rio de Janeiro	05
São Paulo	09
<b>TOTAL</b>	<b>60</b>

**1.3** As especificações constantes do edital de licitação, do termo de referência e da proposta comercial aderem a este Contrato e dele fazem parte, independentemente de transcrição.

## **CLÁUSULA SEGUNDA – DA EXECUÇÃO**

**2.1** Consideram-se serviços de monitoramento e rastreamento veicular, a série de procedimentos que visam ao gerenciamento da segurança dos veículos e seus ocupantes, bem como o posicionamento por satélite (GPS), localização e imobilização em tempo real.

**2.2** O CONTRATANTE definirá as medidas preventivas ou restritivas a serem adotadas em caso de acionamento do “botão de pânico”, mediante a confirmação do evento.

**2.3** A CONTRATADA deverá gerenciar o veículo por meio de um Módulo AVL, que integra a aquisição de dados de posição por GPS (Sistema Global de Posicionamento) e um processador compatível PC, com capacidade de processamento local de rotinas de segurança.

**2.4** A comunicação de dados entre o veículo e a Central de Rastreamento deverá ser realizada por meio do serviço de telefonia celular digital com tecnologia GSM, e será de responsabilidade da CONTRATADA.

**2.5** O sistema de rastreamento é composto por um módulo AVL/GPS instalado em cada veículo, por uma Central de Rastreamento instalada na sede da CONTRATADA e por pontos de monitoramento instalados nas dependências do CONTRATANTE.

**2.6** Os serviços de monitoramento e rastreamento veicular deverão ser prestados durante 24 horas/dia, ininterruptas, com possibilidade de acesso via internet pelo CONTRATANTE.

**2.7** A CONTRATADA deverá fornecer e instalar os equipamentos por comodato (empréstimo) nos veículos do CONTRATANTE, retirando-os ao final do contrato.

**2.8** A CONTRATADA deverá disponibilizar por meio eletrônico on-line o acesso às informações mínimas abaixo:

- a) localização referencial dos veículos (latitude e longitude fornecidas em graus, minutos e segundos);
- b) logradouro (cidade, rua, avenida, rodovia, etc.);
- c) relatórios (veículos monitorados, posições, velocidade, eventos etc.);
- d) consulta da última movimentação de todos os veículos;
- e) visualização em mapa digital geo-referenciado (imagem real de satélite, mapa, terreno e híbrido);
- f) direção presente: bússola direcional que permite descobrir para onde o veículo está viajando (norte, sul, leste ou oeste);
- g) data, hora, hodômetro, velocidade; status do motor (ligado/desligado), tensão de alimentação da bateria;
- h) registro histórico de operação do veículo contendo data, hora, velocidade, localidade e ignição com todos os dados relacionados a cada veículo da frota, mantido por no mínimo 360 (trezentos e sessenta) dias;
- i) monitoramento através da verificação no mapa digital geo-referenciado de toda a frota simultaneamente e individualmente;
- j) relatório individual de veículo contendo as informações sobre quilometragem total percorrida, velocidade média e velocidade máxima (parâmetros de pesquisa: placa, data inicial, hora inicial, data final e hora final);
- k) localização e rota, com atualizações em intervalos de pelo menos 3 (três) minutos;

l) possibilidade de criação de cerca virtual, com geração de eventos em caso de ultrapassagem dessa cerca.

**2.9** A CONTRATADA deverá disponibilizar uma central de atendimento 24 (vinte e quatro) horas, para atendimento aos serviços de monitoramento, assistência técnica, rastreamento, envio de comandos para os veículos, cadastramento, atualização de dados e demais serviços necessários ao monitoramento.

**2.10.** As ligações telefônicas do CONTRATANTE para a central de atendimento deverão possuir custo de ligação local, ou ser disponibilizado um telefone 0800 disponibilizado pela CONTRATADA.

**2.11.** O acesso aos dados será por meio de usuário e senha, com no mínimo 10 (dez) usuários distintos para toda a frota e/ou grupos de veículos, além da possibilidade de criação de um usuário específico para cada veículo monitorado.

**2.12.** A CONTRATADA deverá disponibilizar treinamento, no uso das funções do software de monitoramento, para pelo menos 5 (cinco) pessoas indicadas pelo CONTRATANTE.

**2.12.1** O treinamento de que trata o item anterior poderá ser presencial, via internet ou por telefone.

### **CLÁUSULA TERCEIRA – DA MANUTENÇÃO CORRETIVA E ASSISTÊNCIA TÉCNICA**

**3.1** A CONTRATADA ficará responsável pelo serviço de manutenção dos equipamentos, que será prestado nos locais onde estes forem instalados.

**3.2** Excepcionalmente, poderá o CONTRATANTE solicitar a prestação dos serviços de manutenção corretiva em horários noturnos, feriados ou finais de semana, sem que isso incorra em encargos adicionais.

**3.3** A CONTRATADA prestará os serviços de manutenção corretiva dos equipamentos em dias úteis, no horário de 8h às 18h, nos locais onde os equipamentos se encontrem instalados, sempre que necessário ou solicitado pelo CONTRATANTE.

**3.4** A CONTRATADA deverá substituir peças dos equipamentos componentes do sistema sempre que verificada sua necessidade, em função do desgaste natural decorrente da utilização ou de defeitos técnicos, sem ônus para a CONTRATANTE.

### **CLÁUSULA QUARTA – DOS PRAZOS DE EXECUÇÃO**

**4.1** A CONTRATADA terá o prazo de 2 (dois) dias úteis para iniciar a instalação e configuração dos equipamentos nos veículos do CONTRATANTE, contados da assinatura do contrato. Esse serviço será realizado nas dependências do CONTRATANTE, para os veículos localizados na sede e, no caso das Representações, nas dependências dos prédios onde as mesmas funcionam nos estados do Rio de Janeiro e São Paulo.

**4.1.1** Endereço da representação no Rio de Janeiro – Rua do Acre, N° 80, Centro, 7º Andar, Sala 704. Telefone (21) 2282 - 8117 / 8057.

**4.1.2** Endereço da representação em São Paulo – Avenida Paulista, Prédio 1682, 11º Andar. Telefone: (11) 2172 – 4382 / 4379..

**4.2** A CONTRATADA terá o prazo de 30 (trinta) dias corridos, contados a partir da assinatura do contrato, para as configurações e instalações necessárias ao início da prestação do serviço de monitoramento.

**4.3** A CONTRATADA terá o prazo de 2 (dois) dias úteis para o atendimento da prestação do serviço de manutenção corretiva, contados do recebimento da solicitação.

**4.4** Antes de findarem os prazos fixados nos itens anteriores, e desde que haja justificativa formalizada, a CONTRATADA poderá solicitar que seja prorrogado por igual período.

**4.5** Ocorrendo a hipótese prevista no item 4.4, o CONTRATANTE examinará as razões expostas e decidirá pela prorrogação dos prazos ou aplicação das penalidades previstas no contrato.

#### **CLÁUSULA QUINTA – DA POLÍTICA DE SUSTENTABILIDADE**

**5.1** A CONTRATADA declara que recebeu cópia da Portaria STJ n. 293, de 31 de maio de 2012, tendo sido informada sobre a política de sustentabilidade do Superior Tribunal de Justiça, comprometendo-se pelo presente instrumento a atender os requisitos legais e os definidos na referida Portaria, se aplicáveis ao objeto deste contrato.

**5.2** Deverão ser adotadas pela CONTRATADA as normas federais e distritais quanto aos critérios de preservação ambiental, sem prejuízo das orientações do Superior Tribunal de Justiça que versem sobre a matéria, especialmente as preconizadas pela Portaria STJ n. 293, de 31/05/2012.

**5.3** Nos termos do art. 5º, inc. III da Instrução Normativa nº 01 de 19/1/2010 do Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão os objetos desta licitação deverão ser, preferencialmente, acondicionados em embalagens individuais adequadas, com o menor volume possível, utilizar materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento.

**5.4** Considerando o disposto no art. 8º, inciso II da Portaria n. 293/2012, que institui a Política de Sustentabilidade do STJ, deve o CONTRATANTE realizar a adequada destinação das peças e componentes substituídos. Os resíduos recicláveis (metais, plásticos, papel de embalagens) devem ser dispostos nas lixeiras de coleta seletiva para posterior encaminhamento às Cooperativas de Catadores ou aos Centros de Triagem, conforme a Lei n. 12.305/2010 e Decreto n. 5.940/2006.

**5.5** A CONTRATADA, na qualidade de produtora, comerciante ou importadora, deverá providenciar o adequado descarte dos resíduos gerados no fornecimento e serviços de instalação, compreendidos o lixo tecnológico originário da contratação, entendido como aqueles produtos ou componentes eletroeletrônicos em desuso e sujeitos à disposição final, para fins de sua destinação ambientalmente adequada, conforme a Lei 12.305/2010 (Lei de Resíduos Sólidos) e a Lei Distrital nº 4704/2011 (dispõe sobre a gestão integrada de resíduos da construção civil e de resíduos volumosos e dá outras providências) e as embalagens descartadas.

## **CLÁUSULA SEXTA – DA VIGÊNCIA**

**6.1** O prazo de vigência do Contrato será de 12 (doze) meses, contados da data da sua assinatura, podendo ser prorrogado, por mútuo acordo entre as partes, mediante termo aditivo, por iguais e sucessivos períodos, observado o limite de 60 (sessenta) meses.

**6.2** A prorrogação da vigência do Contrato em exercícios subsequentes ficará condicionada à avaliação da qualidade dos serviços prestados, à comprovação da compatibilidade dos preços conforme o mercado, bem como à existência, em cada ano, de dotação orçamentária para suportar as despesas dele decorrentes.

**6.3** Por ocasião da prorrogação, será também verificada a existência de registros impeditivos de contratação no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas/CGU, disponível no Portal da Transparência (<http://portaltransparencia.gov.br>) e no Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa disponível no Portal do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), em atendimento ao disposto no Acórdão 1793/2011 do Plenário do Tribunal de Contas da União.

## **CLÁUSULA SÉTIMA – DO PREÇO**

**7.1** As partes ajustam que os preços dos serviços são os constantes da Proposta apresentada pela CONTRATADA em 24/02/2017, conforme as especificações abaixo:

Serviço	Qtd. de veículos	Valor por veículo (R\$)	Valor mensal (R\$)	Valor anual (R\$)
Serviços de monitoramento e rastreamento de veículos, com posicionamento por GPS, incluindo transmissão de dados via telefonia digital GSM/GPRS.	60	38,33	2.299,80	27.597,60

**7.2** O preço ajustado é final, nele estando inclusos todos os encargos que a CONTRATADA experimentará no cumprimento das obrigações ora assumidas.

## **CLÁUSULA OITAVA - DO REAJUSTE**

**8.1** O preço a que se refere o item 7.1 poderá ser reajustado decorrido doze meses de vigência do Contrato, mediante negociação entre as partes, tendo como limite máximo a variação do IGP/DI – FGV ocorrida nos doze meses anteriores ao reajuste, contados da data limite da apresentação da proposta.

## **CLÁUSULA NONA - DO VALOR DO CONTRATO E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

**9.1** As partes ajustam que o valor do presente Contrato fica estipulado em R\$ 27.597,60 (vinte e sete mil quinhentos e noventa e sete reais e sessenta centavos), conforme consignado no item 7.1.

**9.2** As despesas com a execução deste Contrato serão atendidas com os recursos consignados ao CONTRATANTE no Orçamento Geral da União e suplementações a ele incorporadas.

**9.3** Foi emitida, em 03/03/2017, a Nota de Empenho Global n. 2017NE000568, no valor de 22.844,68 (vinte e dois mil, oitocentos e quarenta e quatro e sessenta e oito centavos), à conta da seguinte dotação orçamentária: Programa de Trabalho 02.061.0568.4236.5664 e Natureza da Despesa 33.90.39.

**9.4** O número da Nota de Empenho, bem como a indicação dos recursos para atender às despesas do presente Contrato durante o(s) exercício(s) subsequente(s), deverão ser registrados no sistema SIAFI e Conta Contratos e lançados no sistema Administra.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA – DO FATURAMENTO E DO PAGAMENTO**

**10.1** O pagamento dos serviços será devido mensalmente em caso de efetiva prestação dos serviços e será efetuado através de crédito em conta-corrente da CONTRATADA.

**10.1.1** Para o pagamento será considerado o período de monitoramento de cada veículo por meio de planilha mensal.

**10.2** Para efeitos de pagamento, a CONTRATADA apresentará o documento de cobrança, indicando o banco, a agência e o número da conta-corrente em que o crédito deverá ser efetuado, acompanhado do relatório contendo todos os serviços executados no mês referente ao faturamento, além dos documentos comprobatórios de regularidade fiscal e trabalhista.

**10.3** Os documentos de cobrança deverão ser entregues pela CONTRATADA, na Seção de Protocolo Administrativo do CONTRATANTE, localizada no Setor de Administração Federal Sul, Quadra 06, lote 01, bloco "B", sala B-003, Térreo, Edifício dos Plenários, Brasília-DF.

**10.4** O pagamento será efetivado mediante crédito realizado em conta-corrente bancária no prazo abaixo:

**a)** **cinco** dias úteis, contados da apresentação da fatura, no caso de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do artigo 24 da Lei n. 8.666/1993;

**b)** **dez** dias úteis, contados da atestação da nota fiscal, para os demais casos.

**10.5** O pagamento será efetuado somente após a atestação da nota fiscal.

**10.5.1** Nos casos contemplados pelo item **10.4**, alínea "b", a atestação deverá ocorrer no prazo de até **cinco** dias úteis a contar:

**a)** da apresentação da nota fiscal, no caso de pagamento parcelado ou em etapas;

**b)** do recebimento definitivo, nos demais casos.

**10.6** Caberá ao servidor do CONTRATANTE, responsável pela fiscalização do presente Contrato, atestar os documentos de cobrança e encaminhá-los à Secretaria de Orçamento e Finanças, para fins de pagamento.

**10.7** O inadimplemento do pagamento na data aprazada, conforme disposto no item **10.4**, desde que motivado pelo CONTRATANTE, acarretará a correção monetária do valor devido, calculada *pro rata tempore*, até a data do efetivo pagamento, com base no último percentual divulgado do IGP/DI-FGV.

**10.8** Caso o objeto contratado seja faturado em desacordo com as disposições previstas neste Contrato ou sem a observância das formalidades legais pertinentes, a CONTRATADA deverá emitir e apresentar novo documento de cobrança.

**10.9** Ocorrendo a hipótese prevista no subitem **10.8**, o prazo para o pagamento do novo documento de cobrança obedecerá a regra estabelecida no subitem **10.4**, e os valores pagos serão os vigentes na data da efetiva prestação dos serviços.

**10.10** Não serão aceitas documentos fiscais com signatário distinto do indicado pelo adjudicatário para formalização do contrato, salvo condição previamente reconhecida pela Administração.

**10.11** A CONTRATADA poderá solicitar alteração do CNPJ do estabelecimento responsável pela execução do objeto da contratação e da respectiva cobrança de pagamento (matriz ou filial) mediante prévia justificativa documental reconhecida pela Administração.

**10.11.1** Na hipótese do item **10.11**, os valores ajustados no contrato poderão ser revisados para corrigir eventual repercussão fiscal e tributária que proporcione ganho ou compensação a favor da CONTRATADA.

**10.12** O CONTRATANTE exigirá da(s) empresa(s) contratada(s), por ocasião do pagamento, a apresentação dos comprovantes de regularidade junto à Secretaria da Receita Federal do Brasil, por meio da Certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil – RFB e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional – PGFN, referente a todos os tributos federais e à Dívida Ativa da União – DAU por elas administrados e junto à Caixa Econômica Federal, por meio do CRF – Certificado de Regularidade do FGTS.

**10.13** A CONTRATADA deverá comprovar a inexistência de débitos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, de acordo com a Lei n. 12.440/2011.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES**

**11.1** Além das demais obrigações expressamente previstas neste Contrato e de outras decorrentes da natureza do ajuste, deverá a CONTRATADA:

- a) fornecer, a qualquer momento, todas as informações pertinentes ao objeto deste Contrato, que o CONTRATANTE julgue necessário conhecer ou analisar;
- b) submeter seus empregados, durante a permanência nas dependências do CONTRATANTE, aos regulamentos de segurança e disciplina por este instituído;
- c) responsabilizar-se por danos causados, em virtude de dolo ou culpa de seus empregados, quando estiverem nas dependências do CONTRATANTE, a equipamentos e/ou outros bens de propriedade deste ou de terceiros;
- d) prestar os serviços por meio de técnicos devidamente treinados e qualificados;
- e) promover a imediata substituição de seus empregados, caso sejam considerados inconvenientes à boa ordem e às normas disciplinares instituídas pelo CONTRATANTE;
- f) responsabilizar-se por danos causados aos equipamentos e/ou outros bens de propriedade do CONTRATANTE, ou de terceiros, ocasionados por seus empregados, em virtude de dolo ou culpa, durante a execução do objeto contratado;

## *Superior Tribunal de Justiça*

- g)** apresentar, por escrito, nome, endereço, telefones de contato e número do documento de identidade e CPF do(s) responsável(eis) técnico(s) pelos serviços contratados;
- h)** disponibilizar, às suas expensas, todos os materiais, ferramentas e equipamentos necessários à execução dos serviços;
- i)** fornecer ao CONTRATANTE todos os esclarecimentos que lhes forem solicitados;
- j)** fazer todas as configurações necessárias ao início da execução do contrato sem ônus para o CONTRATANTE;
- k)** manter sigilo, sob pena de responsabilidade, sobre todo e qualquer assunto de interesse do CONTRATANTE, ou de terceiros de que tomar conhecimento em razão da execução do objeto deste Contrato, conforme disposto no Anexo deste Contrato, devendo orientar seus empregados nesse sentido;
- l)** manter sigilo das informações que venha a adquirir em função da prestação dos serviços contratados, não utilizar as informações confidenciais a que tiver acesso, para gerar benefício próprio exclusivo e/ou unilateral, presente ou futuro, ou para o uso de terceiros.
- m)** manter os funcionários responsáveis pela execução dos serviços contratados devidamente trajados, identificados com crachás e portando os equipamentos de proteção individual, quando necessário.
- n)** arcar com todos os custos de seus funcionários, tais como salários, refeição, transporte e outros.
- o)** seguir todas as condutas e normas de segurança estabelecidas pelo CONTRATANTE.
- p)** dispor de representante ou técnico credenciado, para a prestação dos serviços em tempo hábil, em Brasília, São Paulo e Rio de Janeiro ou em localidades próximas que permitam o atendimento das solicitações nos prazos fixados no Termo de Referência - Anexo I do Edital.
- q)** manter, durante todo o período de vigência do ajuste, todas as condições que ensejam a contratação, inclusive a regularidade fiscal e trabalhista e capacidade técnico-operativa.

**11.2** Poderá o CONTRATANTE, a qualquer tempo, exigir da CONTRATADA a comprovação das condições referidas na alínea "q" do item 11.1.

**11.3** Além das demais obrigações previstas neste Contrato e de outras decorrentes da natureza do ajuste, deverá o CONTRATANTE:

- a)** proporcionar todas as facilidades indispensáveis à boa execução das obrigações contratuais, inclusive permitir o acesso de representantes, prepostos ou empregados da CONTRATADA às dependências do CONTRATANTE, observadas as normas de segurança institucional;



- b) assegurar o acesso dos empregados da CONTRATADA, quando devidamente identificados, aos locais em que devam executar suas tarefas;
- c) disponibilizar à CONTRATADA todas as informações, condições e meios que lhes forem solicitados, desde que pertinentes e necessários ao cumprimento do objeto, durante o tempo necessário;
- d) designar servidor para acompanhamento dos serviços de instalação, com vistas à sua validação, que será feita pelo gestor do contrato, no caso dos veículos localizados em Brasília e, no caso das Representações, pelo respectivo Chefe.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS PENALIDADES**

**12.1** Sem prejuízo da incidência de outras disposições previstas no instrumento convocatório, na hipótese de falha na execução do contrato que menciona o item 13.1.6 do Edital, a CONTRATADA fica sujeita:

**12.1.1** a advertência, nos termos do inciso I do artigo 87 da Lei n. 8.666/1993.

**12.1.2** a multa moratória de 0,3 % (zero vírgula três por cento) *por cada dia de atraso na execução do objeto contratado*, limitada ao valor máximo de 10% (dez por cento) da *parcela inadimplida*, nos termos do art. 86 da Lei n. 8.666/1993.

**12.1.2.1** Considera-se parcela inadimplida a parte não executada do objeto contratado.

**12.1.3** Na hipótese do item **12.1.2**, decorrido o lapso de trinta dias, a Unidade Gestora do CONTRATANTE deverá manifestar-se sobre o interesse na continuidade da execução do Contrato ou instrumento equivalente;

**12.2** Não havendo mais interesse do CONTRATANTE na execução do Contrato, total ou parcialmente, em razão do descumprimento pela CONTRATADA de qualquer das condições avençadas, poderá ser aplicada multa compensatória de vinte por cento sobre o valor da parcela inadimplida, nos termos do inciso II do artigo 87 da Lei n. 8.666/1993.

**12.3** O valor da multa aplicada, após regular procedimento administrativo, será descontado dos pagamentos eventualmente devidos pelo CONTRATANTE ou cobrado judicialmente;

**12.4** Excepcionalmente, *ad cautelam*, o CONTRATANTE poderá efetuar a retenção do valor presumido da multa, antes da instauração do regular procedimento administrativo.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA RELAÇÃO EMPREGATÍCIA E DOS ENCARGOS SOCIAIS**

**13.1** As partes desde já ajustam que não existirá, para o CONTRATANTE, nenhuma solidariedade quanto às obrigações trabalhistas e previdenciárias relativas aos empregados da CONTRATADA, cabendo a esta assumir, de forma exclusiva, todos os ônus advindos da relação empregatícia.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA RESCISÃO**

**14.1** O presente Contrato poderá ser rescindido nas hipóteses estabelecidas pelos artigos 77 a 79 da Lei n. 8.666/1993, o que a CONTRATADA declara conhecer.

**14.2** O CONTRATANTE poderá rescindir unilateralmente este Contrato ocorrendo qualquer hipótese de cisão, fusão ou incorporação que possa prejudicar a execução do objeto contratado, salvo anuência expressa da Administração, quando a nova pessoa jurídica preencher os requisitos de habilitação requeridos (exigidos) no Edital e mantiver as demais cláusulas e condições previstas no contrato.

**14.3** Na hipótese de a rescisão se dar por culpa da CONTRATADA, fica o CONTRATANTE autorizado a reter, até o limite dos prejuízos experimentados, os créditos a que aquela tenha direito.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

**16.1** A presente contratação foi precedida da licitação n. 007/2017, na modalidade Pregão Eletrônico, com fundamento na Lei n. 10.520, de 17 de julho de 2002, na Lei Complementar nº 123, de 14 de Dezembro de 2006 e nos Decretos n. 5.450, de 31 de maio de 2005, n. 8.538, de 06 de outubro de 2015, na Resolução do CNJ n. 07, de 18 de outubro de 2005, e subsidiariamente, na Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, na autorização constante no Processo STJ n. 24391/2016, e nas condições da Proposta apresentada pela CONTRATADA em 24/02/2017, razão pela qual integram este ajuste.

**16.2** Os casos omissos serão resolvidos com base nas disposições constantes da Lei n. 10.520/2002 e do Decreto n. 5.450/2005 e, de forma subsidiária, da Lei n. 8.666/1993, nos princípios de direito público, e em outras leis que se prestem a suprir eventuais lacunas.

**16.3** A Seção de Segurança Ostensiva e Monitoramento do CONTRATANTE será responsável pelo acompanhamento e fiscalização da execução do presente ajuste, procedendo ao registro de eventuais ocorrências e adotando as providências necessárias ao seu fiel cumprimento.

**16.3.1** Os serviços objeto do presente Contrato serão acompanhados e fiscalizados por servidores nomeados por portaria da CONTRATANTE.

**16.3.2** Todos os atos e instruções emanados ou emitidos pela unidade fiscalizadora e/ou Comissão de Recebimento serão considerados como se fossem praticados pela CONTRATANTE.

**16.3.3** A unidade fiscalizadora ou a Comissão de Recebimento, para a inspeção dos serviços, terá livre acesso aos locais onde os trabalhos estejam sendo preparados ou executados. Deverão ser fornecidos todos os meios para tal inspeção, incluindo ensaios e outras informações, quando necessárias, a respeito de qualquer material empregado.

**16.3.4** A atuação ou a eventual omissão da unidade fiscalizadora ou da Comissão de Recebimento durante a realização dos trabalhos não poderá ser invocada para eximir a CONTRATADA da responsabilidade pela execução dos serviços.

**16.4** Em conformidade com o disposto no parágrafo único, do artigo 61, da Lei n. 8.666/1993, o presente ajuste será publicado no Diário Oficial da União, na forma de extrato.

*Superior Tribunal de Justiça*

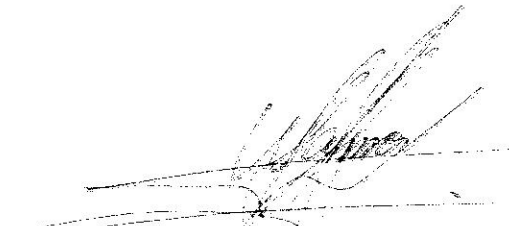
**16.5** Para dirimir as questões oriundas do presente Contrato, fica eleito o foro de Brasília/DF.

E, estando justos e contratados, os representantes das partes assinam o presente Contrato em duas vias, de igual teor, para que surtam os devidos efeitos legais.

Brasília/DF, 31 de março de 2017.



**SULAMITA AVELINO CARDOSO MARQUES**  
Diretora-Geral  
Superior Tribunal de Justiça



**WALTER DISNEY NOLETO COSTA**  
Secretário de Administração  
Superior Tribunal de Justiça

**EDISON LUIZ CASAS PINTO**  
Proprietário  
Edison Luiz Casas Pinto ME

**ANEXO AO CONTRATO N. 17/2017**

**TERMO DE CONFIDENCIALIDADE E SIGILO**

A empresa **EDISON LUIZ CASAS PINTO ME**, pessoa jurídica com sede na Rua Rolândia, Número 105, Barreirinha, Curitiba/PR, inscrita no CNPJ/MF com o n.º 01.992.757/0001-71, neste ato representada na forma de seus atos constitutivos, doravante denominada simplesmente **EMPRESA RECEPTORA**, por tomar conhecimento de informações sobre a política de segurança do **CONTRATANTE**, aceita as regras, condições e obrigações constantes do presente Termo.

1. O objetivo deste Termo de Confidencialidade e Sigilo é prover a necessária e adequada proteção às informações restritas de propriedade exclusiva do **CONTRATANTE** reveladas à **EMPRESA RECEPTORA** em função da prestação de serviços de monitoramento e rastreamento de veículos, com posicionamento por satélite (GPS), incluindo a transmissão de dados via telefonia digital GSM/ GPRS, para atendimento ao Edital do Pregão Eletrônico n.º 007/2017.

2. A expressão "informação restrita" abrangerá toda informação escrita, oral ou de qualquer outro modo apresentada, tangível ou intangível, podendo incluir, mas não se limitando a: técnicas, projetos, especificações, desenhos, cópias, diagramas, fórmulas, modelos, amostras, fluxogramas, croquis, fotografias, plantas, programas de computador, discos, disquetes, pen drives, fitas, contratos, planos de negócios, processos, projetos, conceitos de produto, especificações, amostras de ideia, clientes, nomes de revendedores e/ou distribuidores, preços e custos, definições e informações mercadológicas, invenções e ideias, outras informações técnicas, financeiras ou comerciais, entre outros.

3. A **EMPRESA RECEPTORA** compromete-se a não reproduzir nem dar conhecimento a terceiros, sem a anuência formal e expressa do **CONTRATANTE**, das informações restritas reveladas.

4. A **EMPRESA RECEPTORA** compromete-se a não utilizar, bem como a não permitir que seus diretores, consultores, prestadores de serviços, empregados e/ou prepostos utilizem, de forma diversa da prevista no contrato de prestação de serviços ao **CONTRATANTE**, as informações restritas reveladas.

5. A **EMPRESA RECEPTORA** deverá cuidar para que as informações reveladas fiquem limitadas ao conhecimento dos diretores, consultores, prestadores de serviços, empregados e/ou prepostos que estejam diretamente envolvidos nas discussões, análises, reuniões e demais atividades relativas à prestação de serviços ao **CONTRATANTE**, devendo cientificá-los da existência deste Termo e da natureza confidencial das informações restritas reveladas.

6. A **EMPRESA RECEPTORA** possuirá ou firmará acordos por escrito com seus diretores, consultores, prestadores de serviços, empregados e/ou prepostos cujos termos sejam suficientes a garantir o cumprimento de todas as disposições do presente Termo.

7. A **EMPRESA RECEPTORA** obriga-se a informar imediatamente ao **CONTRATANTE** qualquer violação das regras de sigilo estabelecidas neste Termo que tenha tomado conhecimento ou ocorrido por sua ação ou omissão, independentemente da existência de dolo.

## *Superior Tribunal de Justiça*

8. A quebra do sigilo das informações restritas reveladas, devidamente comprovada, sem autorização expressa do CONTRATANTE, possibilitará a imediata rescisão de qualquer contrato firmado entre o CONTRATANTE e a EMPRESA RECEPTORA sem qualquer ônus para o CONTRATANTE. Nesse caso, a EMPRESA RECEPTORA estará sujeita, por ação ou omissão, ao pagamento ou recomposição de todas as perdas e danos sofridos pelo CONTRATANTE, inclusive os de ordem moral, bem como as responsabilidades civil e criminal respectivas, as quais serão apuradas em regular processo judicial ou administrativo.

9. O presente Termo tem natureza irrevogável e irretratável, permanecendo em vigor desde a data de acesso às informações restritas do CONTRATANTE. E, por aceitar todas as condições e as obrigações constantes do presente Termo, a EMPRESA RECEPTORA assina o presente termo através de seu(s) representante(s) legal(is) e respectivos funcionários que tenham acesso a informações decorrentes da implementação do objeto do contrato.

Brasília/DF, 31 de março de 2017.

**EDISON LUIZ CASAS PINTO**  
Proprietário  
Edison Luiz Casas Pinto ME

